

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA

“Anais do I Encontro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários
linguístico-culturais contemporâneos”
07, 08 e 09 de novembro de 2013 - UNILA

FOZ DO IGUAÇU - 2016



MISSÕES CULTURAIS PROMOVEM APROXIMAÇÃO DE GETÚLIO VARGAS COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Margarida C Nepomuceno¹

Desde final dos anos 30, o governo brasileiro inicia a implantação de um projeto cultural para a América Latina, a partir dos antigos convênios técnicos e educacionais firmados com alguns países da Região e já em princípios da década de 40, a denominada Missão Cultural Brasileira, constitui-se em um programa cultural de ação permanente arquitetado, ao que parece, dentro da lógica desenvolvimentista do Estado Novo de Getúlio Vargas. Dirigido pelo Departamento de Cultura e Política do Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde, na época sob a direção de Gustavo Capanema Filho, as Missões Culturais Brasileiras foram implantadas em quase todos os países latino americanos com a participação ativa de intelectuais brasileiros em conjunto com adidos culturais vinculados às embaixadas brasileiras.

Embora a importância das políticas culturais entre as nações latino-americanas seja cada vez mais reconhecida pelos estudiosos das Relações Internacionais como um instrumento eficaz da política externa para a aproximação entre os povos, a literatura acadêmica sobre o tema, ao menos no Brasil, ainda não possui uma tradição crítica que responda a necessidade de se valorizar a dimensão cultural nos estudos referentes às Relações Internacionais.

Predominam ainda nos estudos desse campo, as preocupações clássicas que priorizam aspectos de natureza jurídica, militar, política e econômica dos Estados. Preocupações e elaborações teóricas que retroalimentam as agendas da política externa.

Algumas reflexões têm contribuído para a inversão dessa vertente interpretativa e trazido à cena acadêmica a premência da interdisciplinaridade como saída eficaz para a compreensão de novos fenômenos sociais e culturais que incidem nos processos políticos internacionais de integração.

Como tratar os fluxos migratórios internacionais, as políticas de cooperação nas áreas da Educação e da Cultura, a criação e proteção do sistema ambiental e diversas outras

¹ Doutoranda em Ciência da Integração da América Latina. PROLAM, Universidade de São Paulo. Linha de pesquisa: Comunicação e Cultura. Jornalista e crítica da ABCA – Associação Brasileira dos Críticos de Arte.

questões, que incidem também na formulação de políticas socioeconômicas, se não considerarmos as diversidades culturais traduzidas nas tradições de cada povo, nos hábitos, costumes, e visões de mundo diferentes?

O estudo da Diplomacia Cultural ou das Relações Culturais, especialmente, entre Brasil e países da América do Sul, tem revelado uma riqueza de experiências de interação cultural, desde as primeiras décadas do século XX, que envolveram inúmeras comunidades de artistas, de intelectuais, técnicos e profissionais, diretas ou indiretamente envolvidos com projetos institucionais implantados por seus países.

O presente trabalho tem duas finalidades: a primeira é apresentar as primeiras iniciativas do Brasil, para estabelecer uma aproximação, via acordos culturais, com os países da América Latina, desde os anos 40. Apresentamos o caso já analisado da Missão Cultural Brasileira no Paraguai, eixo principal desenvolvido durante o meu Mestrado em Integração da América Latina, no PROLAM (Programa de Integração da América Latina), na Universidade de São Paulo, e prospecções de estudos no Uruguai e Argentina, pesquisa atual de doutorado no mesmo programa de pós graduação.

A segunda finalidade é oferecer um panorama dos estudos que estão sendo realizados no Brasil em torno desse tema, a começar por Mônica Hertz em *A dimensão cultural nas relações internacionais: proposta teórico-metodológica* (1987), seguida por *O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais (...)*, de Lessa e Suppo, 2007. Destaco ainda três publicações: *Diplomacia Cultural*, de Telles Ribeiro (1987) e duas publicações que tangenciam o tema: *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, organizada por Alberto da Costa e Silva (2002), bem como *O Traço, a Letra e a Bossa*, de Ronière Menezes (2009), ambas reveladoras do papel desempenhado por diplomatas-intelectuais na construção de uma diplomacia cultural do Brasil, e mais recentemente, as reflexões de Raquel Paz dos Santos em *Um novo olhar sobre o país vizinho* (2013).

Há quase 80 anos, durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, o Brasil iniciou a implantação de convênios culturais em países da América Latina. Esses convênios não possuíam, inicialmente, uma denominação específica, uma vez que faziam parte de uma série de acordos gerais que versavam sobre interesses bilaterais diversos, de ordem comercial ou técnico-educativo. Entretanto, foram esses primeiros atos institucionais, ainda não muito definidos como especificamente *culturais*, que conformariam, aos poucos, as primeiras ações

do Departamento de Política e Cultura do governo brasileiro, reunidas a partir de 1940, sob a denominação de Missão Cultural Brasileira.

Até o final dos anos 50, os programas que deram origem às missões culturais brasileiras já haviam sido implantados em quatro países na América Latina. O primeiro deles teve lugar em Montevideu, em 1940. Os demais foram em Assunção, entre 1941 a 1944, em seguida, Buenos Aires, em 1954, e La Paz, em 1958. Em alguns países a criação de Institutos Culturais antecederam as Missões, mas em quase todos teve início com ações de cooperação técnica e acadêmica. Na Argentina, por exemplo, segundo a historiadora Raquel Paz dos Santos (LEAL, 2011), as trocas de visitas presidenciais entre Augustin Justo e Getúlio Vargas, em 1933 e 1935, deram início aos acordos e convênios de natureza técnico-científicas. Até a primeira metade do século esses institutos desdobraram-se em Missões Culturais Brasileiras permanentes, promovendo ações regulares em parcerias com as comunidades locais e arregimentando intelectuais e técnicos do Brasil, geralmente, cedidos pelas universidades brasileiras, tais como a Universidade do Brasil, Universidade de São Paulo, do Paraná e Rio Grande do Sul).

De 1960 em diante, esse programa cultural foi levado a outros países da Região, tais como Santiago do Chile (1960); Quito (1961); Bogotá (1971); Caracas (1971); e em demais países como Barcelona (1963); Washington (1964); Roma (1977). Na década de 80 e 90, com a mudança do nome para Centro de Estudos Brasileiros, os CEBs, como são hoje conhecidos, foram inaugurados novos centros no México (1980); Paramaribo (1983); San Salvador (1986); Manágua (1992), e, países da África como Guiné-Bissau (1984); Maputo (1989).

As ações culturais das primeiras missões destinavam-se ao ensino da língua portuguesa e da literatura brasileira, bem como ao intercâmbio entre profissionais das áreas técnicas e acadêmicas. Suas atividades nos países eram custeadas pelo governo brasileiro, sendo administradas pelas embaixadas e consulados do Brasil, por meio dos adidos culturais e demais funcionários, especialmente, professores enviados do Brasil para esse fim.

A partir de 1974, ocorreram algumas modificações, a primeira delas foi em relação a denominação, como já mencionamos, e as outras vieram alguns anos mais tarde, em alguns países, com a transformação desses centros em fundações e institutos com regimes jurídicos próprios, como foram os casos de Montevideu, Buenos Aires, Washington, Milão e Berlim. Até 1995, as despesas com as atividades culturais nos países eram totalmente

custeadas pelo Governo brasileiro e a partir dessa data, com os novos regimes estatutários, houve uma mudança substancial da relação desses centros com o governo brasileiro.

O processo de transformação em instituições jurídicas permitiu a essas unidades buscar alternativas para o custeio de atividades culturais junto à iniciativa local e a uma independência das decisões programáticas em relação ao Departamento Cultural do Itamaraty². Alguns CEBS, entretanto, continuaram ainda dependendo totalmente das verbas de custeio do governo brasileiro, o que não implica dizer, que por essa razão, estivessem completamente atrelados à direção das Embaixadas.

É importante reconhecer que as missões culturais constituíram-se na mais antiga iniciativa da política externa do governo brasileiro na área cultural de ação continuada.

Apesar de o Itamaraty ter feito tentativas no sentido de unificar a política administrativa entre os vários centros culturais, cada CEBS mantém suas características. Em cada país a experiência da Missão Cultural, por certo, se analisada, revelará na sua historia peculiaridades diferentes.

CONSTRUÇÃO DE UMA DIPLOMACIA CULTURAL PARA A AMÉRICA LATINA: INICIATIVAS PIONEIRAS NO BRASIL

Destacamos, nessa seção, algumas iniciativas institucionais que ocorreram no campo da Diplomacia Cultural, por representarem experiências modelares para a análise da dimensão cultural das Relações Internacionais do Brasil. São elas: a publicação da *Revista Americana*, de 1909 a 1919, considerada a primeira iniciativa brasileira de cooperação cultural na América Latina; a criação da *União Latina*, em 1951, um organismo internacional, com decisiva participação de intelectuais das Américas e da Europa, e as articulações para a formação do Conselho *Cultural do Departamento Cultural da OEA*, que resultaram na participação de intelectuais brasileiros, dentre os quais Alceu Amoroso Lima e Érico Veríssimo.

² BRASIL. MRE. Departamento Cultural do Itamaraty. **CEBS**: Institutos, Fundações Culturais do Brasil no Exterior. Brasília 2010, pg.3-6.

Durante 10 anos, de 1909 a 1919, a *Revista Americana* constituiu-se um espaço de convergência entre pensadores que acreditavam que a colaboração intelectual, especialmente, nas áreas da educação, da ciência e cultura, ajudaria na aproximação dos povos. Os responsáveis pela redação da *Revista Americana*, embaixador Araújo Jorge, na época auxiliar do gabinete do Barão do Rio Branco, além de Joaquim Viana e Delgado de Carvalho³, expressavam como propósitos divulgar as manifestações culturais da América Latina e servir de união entre as figuras intelectuais mais representativas.

A *Revista Americana* apresentou, igualmente, espaço para pensamentos divergentes, com textos que criticavam a doutrina Monroe, como parte central da estratégia norte americana engendrada desde o final do século XIX. Diz o historiador:

O debate se deu em vários números e, mesmo reconhecendo a maior incidência de artigos favoráveis a uma aproximação entre a América do Sul e os Estados Unidos, é importante ressaltar o espaço para opiniões contrárias, o que, por si só, demonstra uma tentativa de que a *Revista* fosse um fórum neutro e aberto para o pleno exercício intelectual⁴.

A publicação trimestral, editada com regularidade até 1919, com um pequeno intervalo no primeiro semestre de 1914, editou textos, discursos e palestras de eminentes políticos, membros da diplomacia brasileira e intelectuais de várias partes da América Latina: Joaquim Nabuco, Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Pereira Barreto, Mario de Vasconcellos, Oliveira Lima, Coelho Neto, Olavo Bilac, Lima Barreto, Ronald de Carvalho, Flexa Ribeiro, Evaristo de Moraes, Helio Lobo, Menotti del Pichia, Barbosa Lima Sobrinho, inclusive o próprio Barão do Rio Branco, que analisou os documentos sobre a Guerra do Paraguai⁵. Da América Latina também ilustraram as edições autores como Vucuña Subercasseaux, Francisco Bayón,

³ CF. **Revista Americana**: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual- 1909/1919. Reedição: Senado Federal. 2001, pg.12.

⁴ Ibid, pg 263.

⁵ Foram escritos pelo Barão do Rio Branco 10 textos sobre a Guerra da Tríplice Aliança e publicados em capítulos de julho de 1918 a novembro de 1919. CF. **Revista Americana**: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual- 1909/1919. Senado Federal. 2001.

Ernesto Quesada, Pedro Pablo Figueroa, Ramón Cárcaro, Hernán Velarde, Carlos Wiese, e Norberto Piñero, dentre outros. Os temas abarcavam questões da política brasileira e dos demais países da América Latina com forte exaltação do modelo de integração pan-americanista⁶, como se pode constatar nas análises de Carlos Lyra ao abordar a importância do pan-americanismo nas relações entre os povos, ou como Carlos Wiese em seus *Apuntes para la historia crítica del Perú*. .

UNIÃO LATINA

A idéia de que todos os países de origem latina deveriam integrar-se para um conglomato de suas origens e tradições culturais, independente da localização hemisférica, tomou corpo em 1954, com a criação de um tratado de cooperação internacional assinado em Madri e denominado de União Latina. O projeto inicial surgiria na França, com Escragnolle Taunay, um dos descendentes dos Taunay que vieram ao Brasil com a Missão Francesa, e culminou com a formação de uma entidade internacional denominada Liga da Fraternidade Intelectual Latina.

Em 1951, durante o primeiro congresso preparatório para a formalização definitiva da União Latina, ocorrido no Rio de Janeiro, o embaixador João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores do Brasil, um dos responsáveis pela retomada dos propósitos da antiga liga francesa, defendeu em seu pronunciamento a constituição daquela organização internacional. Para ele, perseverar na criação de um organismo de união dos povos latinos seria uma necessidade premente para assegurar as conquistas democráticas das nações bem como de preservar os princípios das liberdades internacionais. Suas declarações apontam para a defesa da tradição da cultura dos povos de origem latina, como também, expressam um assentimento às prioridades definidas na Carta de Princípios da Organização dos Países Americanos (OEA), assinada em 1948.

Além de diplomatas e representantes de toda a comunidade latina – da América do Sul e da Europa, dentre os principais França, Bélgica, Itália e Portugal – e demais países, enviaram

⁶ Segundo Baggio, “a *Revista Americana* foi um dos instrumentos da política americanista de Rio Branco. Esta política insere-se em um novo momento da política externa brasileira, inaugurado com a Proclamação da República. O início da nossa República coincidiu com a reunião, em Washington, da Primeira Conferência Internacional Americana, cujas sessões ocorreram de 02 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, marcando oficialmente o início do pan-americanismo”. CF. BAGGIO, 2000, pg.2.

delegações dos vários Comitês Nacionais compostos por embaixadores, ministros de Estado, autoridades e intelectuais além de representantes da UNESCO. Do Brasil, compareceram com um número bem expressivo, intelectuais de várias áreas de atuação. Dentre eles: Austregesilo de Athayde, da Academia Brasileira e secretário-geral da recém-fundada Comissão Brasileira da União Latina; Assis Chateaubriand, diretor-presidente dos Diários Associados; o compositor Heitor Villa-Lobos; San Tiago Dantas, professor da Universidade do Brasil⁷ e os escritores e poetas José Lins do Rêgo; Augusto Frederico Schmidt, Cecília Meirelles, Dinah Silveira de Queiroz, bem como jornalistas, reitores e professores de universidades brasileiras.

A União Latina foi oficialmente formada por 26 nações de origem latina das Américas e Europa e teve como presidente honorário o presidente Getúlio Vargas.⁸

CONSELHO CULTURAL INTERAMERICANO E REVISTA PANORAMA CULTURAL AMERICANO

Na mesma época da realização do I Congresso da União Latina, outra iniciativa cultural, igualmente voltada para a América Latina, mobilizava intelectuais ligados ao Departamento Cultural da União Pan-americana, em Washington, organismo integrante da OEA. Durante as reuniões preparatórias para a instalação do Departamento Cultural da OEA, no México, ocorrida em 1952, cerca de 50 resoluções foram propostas e votadas por vários representantes dos países das Américas, dentre os quais o escritor brasileiro Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, na época Chefe do Departamento Cultural da União Pan-americana e secretário Executivo do Conselho Cultural da mesma organização.

Amoroso Lima trabalhou mais de dois anos no Departamento Cultural da União Pan-americana, em Washington, tendo sido responsável pela edição da revista *Panorama Cultural Americano*, uma publicação em quatro idiomas que circulou em toda a América Latina. A revista trazia contribuições de intelectuais de todo continente, mas ao final de onze números, as edições foram suspensas pela Comissão de Finanças da OEA, numa atitude que

⁷ Universidade do Brasil foi a denominação dada a UFRJ, em 1937, pelo ministro Gustavo Capanema com o objetivo de implantar um modelo único para a criação das demais instituições de ensino no Brasil. O projeto mostrou-se inviável, e, em 1965, a Universidade Federal do Rio de Janeiro reconquista a sua antiga denominação, UFRJ. CF. MENDONÇA, A. W. P. C. A Universidade no Brasil. Revista PUC/RJ. n.14.2000, pg 138. Disponível em: www.ufrj.br.

⁸ Se reunirá en Rio de Janeiro el Primer Congreso de la Unión Latina. **El País**. Assunção. 29 de set. 1951. **AH Itamaraty-Rio**.

despertou a indignação de seu editor, que creditou tal procedimento a uma falta de visão sobre a importância do papel da cultura na aproximação entre as nações⁹.

Dessas organizações, com forte atuação nos países latinos, surgiram várias ações culturais que resultaram na criação de dezenas de publicações, das mais variadas áreas de interesses; instituições, tais como o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, além de centros de estudos; foram criadas várias bibliotecas com acervos constituídos das produções literárias latino-americanas, além de terem sido desencadeadas inúmeras campanhas educativas interamericanas.

Os programas das duas organizações (União Latina e Conselho Cultural Interamericano) aproximavam-se em inúmeros pontos e nos parece importante destacar as bases políticas diferenciadas, sob as quais foram assentadas as duas organizações internacionais: a *União Latina*, fortemente inspirada nos princípios defendidos por Goffredo Taunay em *De la nécessité d'une Lingue Latine*, manifesto publicado na França em 1903. Tinha como propósito estabelecer laços culturais que preservassem as tradições latinas, com forte assento na cultura européia. Sua sede era, inclusive, em Paris.

Já o Conselho de Cultura, responsável pela formulação de programas do Departamento Cultural da OEA¹⁰, teve em sua formação os mesmos princípios propulsores das políticas colaboracionistas que constituíram as bases da política pan-americanista. Sua área de atuação, portanto, estava centrada nas Américas, tal como as inúmeras instituições de ajuda mútua criadas desde o início do século, e que resultariam na formação da União Pan-americana e depois na Organização dos Estados Americanos, em 1948.

Embora comecem a surgir os primeiros estudos acadêmicos sobre a história da diplomacia cultural, o centro das preocupações são ainda os eventos culturais que tiveram grande repercussão internacional, tais como, o lançamento da Bossa Nova, no Carnegie Hall, em 1962, ou ainda, as trajetórias de intelectuais e expoentes da diplomacia brasileira, tais como João Guimarães Rosa, Antonio Houaiss, João Cabral de Melo Neto, Vinicius de Moraes que tiveram destaque na vida cultural, como escritores, poetas e filólogos.

⁹ Ibid, pg.10.

¹⁰ Ao longo dos ensaios produzidos por Lima, aparecem menções ao Departamento Cultural da União Pan-americana, como era denominado antes da criação da OEA. CF. Disponível no site: www.oas.org, acessado em 01/11/2009.

Destacaria as publicações: *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, organizado por Alberto da Costa e Silva, 2002¹¹, e *O Traço, a Letra e a Bossa*, de Roniere Menezes, em 2011¹². Embora não sejam publicações que tenham por objeto a análise da importância das ações culturais dentro da diplomacia brasileira, os ensaios produzidos e a tese de Menezes contribuem para revelar uma circulação proeminente de intelectuais-diplomatas atuando na política externa brasileira, através do Itamaraty, como veremos a seguir.

O primeiro foi organizado pelo intelectual, acadêmico¹³ e diplomata Alberto da Costa e Silva, de considerável experiência nas embaixadas brasileiras no Exterior, e reúne inúmeros ensaios sobre a trajetória de diplomatas-intelectuais. Homens que construíram a base da diplomacia brasileira, desde a Primeira República, e que foram reconhecidos pela sociedade como intelectuais das letras ou das artes. Analisam-se as trajetórias de Joaquim Nabuco, Varnhagen, Aluizio de Azevedo, Brasília Itiberê, Oliveira Lima, João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, José Guilherme Melquior, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Raul Bopp, Afonso Arinos, Antonio Houaiss e Vinícius de Moraes, este último, aposentado compulsoriamente do Ministério das Relações Exteriores em 1968, pelo Ato Institucional nº 5 (Cf. COSTA E SILVA, 2002, pg. 9 e 420), dentre outros nomes.

Já o livro de Menezes, resultado de uma tese de doutorado em Literatura Comparada, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em 2008, tem o propósito de analisar as obras literárias dos poetas João Cabral de Melo Neto, João Guimarães Rosa e Vinícius de Moraes dentro da perspectiva de que esses três intelectuais, tiveram suas trajetórias literárias ligadas às funções que desempenharam como diplomatas.

A importância dessas duas publicações acima citadas, a de Costa e Silva e a de Menezes, consistem em nos oferecer o perfil de homens públicos que foram responsáveis, em menor ou maior escala, pelas estratégias culturais, colocadas em prática pelo Itamaraty em países da Região e em outros continentes. Muito embora as publicações detenham-se em alguns poucos nomes acredita-se que houve a participação de dezenas de intelectuais-

¹¹ **Alberto COSTA E SILVA.** (org). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, 2002. Rio de Janeiro. Instituto Rio Branco. Livraria Francisco Alves e Editora S/A.

¹² **Roniere Menezes.** *O Traço, a Letra e a Bossa*, literatura e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius. Belo Horizonte/São Paulo. Editoras da UFMG e Humanitas, 2011.

¹³ **Costa e Silva** (1937-) ocupa a cadeira de nº 9 da Academia Brasileira de Letras. Historiador e estudioso da África.

diplomatas, que junto a outras instâncias dos governos, e com a parceira de atores sociais e políticos, vinculados ou não ao Estado brasileiro, estabeleceram vinculações temporais e permanentes com a comunidade internacional. O tom, às vezes laudatório, impregnando a trajetória de certas narrativas, não interfere no resultado final das publicações que contribuem para mostrar o projeto de Nação que vigorava na obra de cada uma dessas personalidades. São, ao fim e ao cabo, precursores da historiografia da Diplomacia Cultural.

Sobre as Missões Culturais, entretanto, existem somente duas simples páginas digitalizadas, em um arquivo do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. (NEPOMUCENO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras ações culturais promovidas pelo governo brasileiro, em diversas épocas e prolongadas até os dias de hoje, não podem ser definidas como meras generosidades diplomáticas ou casualidades políticas, ou ainda, como trocas gratuitas e espontâneas de experiências culturais no âmbito das relações internacionais. Ao contrário, desde o início, foram ações de concordâncias entre os Estados, regidas por convênios e acordos oficiais e que estabeleceram, entre os países, uma consistente diplomacia cultural. Não há, portanto, como analisar separadamente as ações culturais das ações políticas de Estado, cuja síntese originou a própria expressão *diplomacia cultural*.

Para as ações desenvolvidas a partir de 1930, Amado Luiz Cervo, nos oferece uma chave interpretativa que aponta para a quebra de antigos paradigmas das Relações Internacionais, decorrente das tentativas da mudança das políticas econômicas em países da América Latina. Denominado de ciclo desenvolvimentista, esse longo período, situado pelo historiador entre 1930 a 1980 constitui-se, inicialmente, como uma reação à crise mundial dos anos 29 e 30 e a uma tentativa de se criar alternativas, no conjunto da América Latina, para um desenvolvimento autônomo e competitivo (CF. CERVO, 2001). Fatores internos aos países da região provocados por novas demandas sociais e questionamentos dos privilégios econômicos de setores reduzidos das sociedades, impulsionam os governos a um processo de modernização e desenvolvimento que tinha como focos principais a industrialização, autonomia das decisões econômicas das potências centrais, e inserção das economias regionais no jogo intrincado e em crise do cenário mundial.

A procura de novas parcerias econômicas na Região e a formação de um bloco de nações latino americanas correspondia, conforme a mensagem de Vargas ao Congresso Nacional, em 1935 (CERVO,2001, pg 56), ao propósito de criar uma política de solidariedade continental e de cooperação que contemplasse a aspiração e interesses concretos de todos. Ou seja, era o momento de se pensar um pan-americanismo às avessas, sob a ótica dos países latino americanos.

Para esse modelo dar certo, a diplomacia brasileira, acostumada ao servilismo de uma política alinhada aos EUA, adquire mais presença na formulação das políticas externas promovendo e analisando as possibilidades que a Região oferecia para a diversificação de negócios, decidindo sobre operações estratégicas e promovendo acordos bilaterais com os países vizinhos, como atestam os documentos diplomáticos agregados às análises de Cervo.

O presente trabalho propôs-se a levantar a importância do estudo das ações culturais de Estado, sejam elas denominadas de Relações Culturais ou de Diplomacia Cultural, como definiu J.B.Michell, e corroborar com as preocupações dos pesquisadores atuais desse campo de que os tradicionais paradigmas metodológicos utilizados para as análises das Relações Internacionais, centrados somente nas dimensões econômica, política, jurídica e militar, não explicam a complexidade das experiências de interação entre países, de cooperação entre intelectuais (no caso latino americanos). Experiências de interações culturais que mesmo imbricadas com projetos de natureza econômica, celebrados entre os Estados da Região, como o caso das Missões Culturais Brasileiras, geraram uma longa história recortada por momentos de profícua solidariedade e colaboração entre atores sociais e ativistas culturais, que ainda estão por ser contadas.

Tampouco explica as razões que levaram um expressivo corpo diplomático a incorporar nos programas culturais, um número significativo de intelectuais brasileiros, sociólogos, filósofos, educadores e artistas, dos mais diferentes matizes ideológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO, Katia Gerab. *Os Intelectuais brasileiros e o Pan-americanismo: A Revista Americana*(1909-1919). Anais Eletrônicos do IV Congresso da ANPHLAC,pg1,2000.

BRAILLARD, Philippe, **DJALILI**, Mohamed-Reza. *Les relations internationales*. Paris, PEF, 1988. In Lessa, Mônica e SUPPO, Hugo. 2007. Pg 223.

CALDERÓN, Garcia. *El Panamericanismo: su pasado y su porvenir*. In: **Revista Americana** (2001, pg.235).

CASTRO, Fernando Luiz Vale. **O pan-americanismo nas páginas da “Revista Americana”**. Cadernos do CHDD/FUNAG. Ano 7, n.12, 2008, pg.261.

CARR, Edward H. *Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Brasília, Ed. UnB, 2001. In **LESSA** e **SUPPO** (2007).

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina. Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília. FUNAG/ IBRI. 2001

COSTA E SILVA, Alberto. (org). *O Itamaraty na Cultura Brasileira..* Rio de Janeiro. Instituto Rio Branco. Livraria Francisco Alves e Editora S/A, 2002.

DEPOIMENTO. Álvaro da Costa FRANCO. Entrevista à pesquisadora em set. 2008. Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) da Fundação Alexandre de Gusmão, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO. BRASIL. MRE. Departamento Cultural do Itamaraty. **CEBs: Institutos, Fundações Culturais do Brasil no Exterior**. Brasília 2010, pg.3-6.

FRANCO, Álvaro da Costa (org.) **O Brasil e as Origens da União Latina**. Rio de Janeiro, FUNAG 1951.

HERTZ, Mônica. *A dimensão cultural nas relações internacionais: proposta teórico-metodológica*. In *Contexto Internacional* nº6. Rio de Janeiro, junho/dezembro de 1987.

LESSA, Monica Leite e **SUPPO**, Hugo S. *O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas*. In *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. **LESSA**, Monica Leite e **GONÇALVES**, William da Silva (orgs). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.

LIMA, Alceu de Amoroso. *Cultura Interamericana*. Rio de Janeiro, 1962.

Lima, Raymundo. *Alceu Amoroso, o “Tristão de Athayde” e a missão da Universidade*. Rio de Janeiro, Revista Espaço Acadêmico, n.31, dez, 2003.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Brasília, FUNAG e IBRI, 2002.

MENDONÇA, A. W. P. C. *A Universidade no Brasil*. Revista PUC/RJ. n.14.pg. 138, 2000. Disponível em: www.ufrj.br.

MENEZES, Roniere. *O Traço, a Letra e a Bossa, literatura e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius*. Belo Horizonte/ São Paulo. Editoras da UFMG e Humanitas, 2011.

MICHELL, J.M. *International Cultural Relations*. London, Allen & Unwin, 1986.

NEPOMUCENO, M.Margarida C. *Livio Abramo no Paraguai, entretecendo culturas*.
Dissertação defendida no Prolam- USP, em 2010.

_____. *A Missão Cultural Brasileira no Paraguai: diplomacia e mediação cultural*. XII
Congresso Internacional FOMERCO. Rio de Janeiro, UFRJ, Anais do Congresso. Set. 2011.

REVISTA AMERICANA: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual- 1909/1919.
Reedição fac-similar. Brasília, Senado Federal, 2001.

RIBEIRO, Edgar Telles. *A Diplomacia Cultural: seu papel na Política Externa Brasileira*. Brasília,
Funag e IPRI/ UnB, 1989.

RÜSSEN, Jörn. Prefácio de *A Diplomacia Cultural: seu papel na Política Externa Brasileira*.
Brasília, Funag e IPRI/ UnB, 1989.

SANTOS dos. Raquel Paz. *A Diplomacia Cultural entre Brasil e Argentina: uma crítica a
tradicional rivalidade buscando estratégias de cooperação regional*. LEAL. Laboratório de
Estudos da América Latina. Universidade Federal do Rio de Janeiro. [http://leal-
ufri.blogspot.com.br/p/publicacoes.html](http://leal-ufri.blogspot.com.br/p/publicacoes.html) . Acesso em 2011.